

Desindexação, a palavra da moda

Kristina Michahelles

Brasília — Desindexação é, seguramente, a palavra da moda do noticiário econômico. Mas o que quer dizer este enigmático vocábulo?

Desde 1964, existe no Brasil a correção monetária, que nada mais é que um mecanismo destinado a proteger os valores econômicos da corrosão causada pela inflação. O melhor exemplo é a caderneta de poupança: os seus depósitos são corrigidos através da correção monetária. Os salários também são protegidos contra a inflação, pois são reajustados com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Desindexar, em resumo, é quebrar uma cadeia automática que começa com os aumentos de preços, captados pelo índice de inflação. Como esse índice é a base da correção monetária, todos os valores por ela corrigidos recebem um aumento que é equivalente à inflação. Num momento, porém, em que a espiral inflacionária está subindo aceleradamente com a retirada dos subsídios, essa cadeia precisa ser rompida, como defendem hoje Governo e empresários.

Desindexar pode significar tanto o fim, simplesmente, desses mecanismos de proteção dos salários, ativos financeiros e aluguéis, quanto à adoção de uma fórmula pela qual a correção monetária e o INPC fiquem sempre abaixo da inflação verificada. Dessa forma, salários, rendimentos e aluguéis não seriam mais reajustados na mesma proporção do aumento geral de preços.

Isso poderia ser conseguido através de um expurgo dos índices de preços de variações de preços causadas por problemas atípicos na economia. Entre eles, estão os subsídios (anormais numa economia ortodoxa) ou fatores climáticos, como chuvas, geadas ou secas.

Exemplo: os derivados de petróleo sobem normalmente pelo aumento de seu custo de produção. Depois do pacote da semana passada, contudo, a gasolina subiu devido à retirada dos subsídios que o Governo concedia antes. O que se quer é tirar dos índices de preços a parcela do aumento da gasolina decorrente desta retirada de subsídios. O mesmo ocorreria em relação ao trigo e ao açúcar, por exemplo.

Aí surgem alguns problemas: no caso da gasolina, não é muito difícil separar o efeito da retirada do subsídio no aumento do preço daquela parcela de reajuste que teria acontecido normalmente. Mas o que acontece com todos aqueles produtos em cujo custo de produção a alta da gasolina influi? Como calcular, caso a caso, a influência dessa alta para efeito de expurgo? Para isso, existem cálculos matemáticos e econométricos complicados, baseados numa matriz que relaciona todos os insumos de cada produto, seu peso relativo no custo desse produto e seu preço.

Mais difícil ainda é o caso dos hortigranjeiros. Tomemos o exemplo do arroz. Como saber qual a parcela do aumento do preço do arroz que se deve aos estragos causados pelo excesso de chuvas? Esse cálculo pode conter um alto grau de subjetividade. Além disso, cada caso é diferente: existem inúmeros produtos hortigranjeiros, do feijão até o maxixe, e, a rigor, para cada um teria que ser feito um cálculo específico.

Estas são algumas das dificuldades que estão sendo discutidas entre os técnicos do Ministério do Planejamento e os órgãos responsáveis pela elaboração dos principais índices: o IBGE e a Fundação Getúlio Vargas.